

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.971 - SP (2019/0353766-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : SEAN HENDRIKUS KOMPIER ABIB E OUTROS
ADVOGADOS : EDUARDO SAMOEL FONSECA - SP297154
RICARDO MAMORU UENO - SP340173
MAURICIO SAMOEL FONSECA - SP401715
SEAN HENDRIKUS KOMPIER ABIB - SP396562
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WELLINGTON SOUZA GUIMARAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WELLINGTON SOUZA GUIMARAES, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 500):

Habeas corpus.

Flagrante realizado em residência. Desnecessidade de mandado judicial, nos termos do artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. Ocorrência de crime permanente. Hipótese em que a fundada suspeita da ocorrência do crime é identificada e justifica a ação policial e em que a prisão ocorreu durante perseguição de pessoa que carregava arma e deixara entorpecente para trás.

Trancamento da ação penal Meio inidôneo para exame e valoração de prova.

Writ denegado.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 12/1/2019 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 14/1/2019, sendo denunciado pela prática do crime descrito no art. 33, da Lei 11.343/2006 e art. 16, da Lei n 10.826/2003.

Sustenta o impetrante, em síntese, nulidade na colheita de provas.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo e, no mérito, a concessão da ordem constitucional para trancamento da ação penal.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, pois a pretensão de trancamento da ação penal é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

